



Assembleia Municipal de Caminha

ATA Nº 30/21-25 SESSÃO ORDINÁRIA 2025/02/28

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, no edifício Valadares, Teatro Municipal de Caminha, reuniu a Assembleia Municipal de Caminha.

Às 21H05M, o **Presidente, Manuel Luis Pires Martins**, abriu a sessão saudando todos os presentes e disse que retira da ordem do dia a alínea f), uma vez que não houve conferência de representantes.

Foi entregue ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto no artigo 11º, e n.º 1, do artigo 15º, do Regimento deste Órgão, a comunicação de impossibilidade de presença e respetivo pedido de substituição, do Senhor(a) Deputado(a):

- Joaquim Guardão, Presidente da União de Freguesias de Moledo e Cristelo, foi substituído pela Tesoureira, Maria Goreti Martins de Amorim Verde.
- Arlete Marina Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de Vile, foi substituída por Natália Isabel Pereira Franco;
- Paula Margarida de Sousa e Almeida, eleita pelo Partido Socialista, foi substituída por Eda Maria Pires Gonçalves;
- Cláudia Pereira Fernandes, eleita pelo Partido Socialista, foi substituída por Joaquim Alves Rodrigues.
- Jorge Manuel Cerqueira Nande, eleito pela coligação "O Concelho em Primeiro", foi substituído por Severino Manuel Gomes de Sousa.
- Rosa Bela Ramos da Silva, eleita pela coligação "O Concelho em Primeiro", foi substituída por Sónia Celeste Rodrigues Fernandes.
- Vasco Manuel Valadares Presa, eleito pela coligação "O Concelho em Primeiro", faltou.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large stylized 'C' and 'A' at the top, a signature in the middle, and a circled 'D' at the bottom.

Assembleia Municipal de Caminha

Estavam presentes os elementos do PS, CDU, Coligação "O Concelho em Primeiro", Bloco de Esquerda e os Presidentes das Juntas de Freguesias, num total de 34 elementos.

O **Senhor Presidente da Mesa** leu a Ordem de Trabalhos, que a seguir se transcreve:

1º - Abertura da Sessão e Informações da Mesa.

2º - Período de Intervenção do Público.

3º - Período de Antes da Ordem do Dia:

- a) – Outros assuntos de interesse municipal a colocar pelos Membros da Assembleia;

4º - Período da Ordem do Dia:

- a) – Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo;
- b) – Apreciação, discussão e votação da ata da sessão extraordinária de 11 de setembro 2024;
- c) – Apreciação, discussão e votação da ata da sessão ordinária de 20 de dezembro 2024;
- d) – Apreciação, discussão e votação do Acordo de Parceria entre o Município de Caminha e União de Freguesias de Moledo e Cristelo para a Criação de uma CER-Comunidade de Energia Renovável;
- e) – Apreciação, discussão e votação do Regulamento Municipal de Apoio às Instituições Particulares de Solidariedade Social do Concelho de Caminha;
- f) – Designação de quatro representantes da Assembleia Municipal para integrarem a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco de Caminha (CPCJ), nos termos da alínea I), do artigo 17º, da Lei nº 147/99, de 1 de setembro;

Em virtude de as reuniões desta Assembleia Municipal serem gravadas, com o registo áudio colocado junto das atas no sítio institucional na internet, e tendo-se em consideração o facto de que, de acordo com o previsto no artigo 3º, nº 1, alínea a), ponto i), da Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto, que aprovou o regime de acesso à informação administrativa e ambiental e de reutilização dos documentos administrativos, transpondo a Diretiva 2003/4/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de janeiro, e a Diretiva 2003/98/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de novembro, considera-se como 'Documento administrativo' «qualquer conteúdo, ou parte desse conteúdo, que esteja na posse ou seja detida em



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'Z' and a circled 'A'.

Assembleia Municipal de Caminha

nome dos órgãos e entidades referidas no artigo seguinte, seja o suporte de informação sob forma escrita, visual, sonora, eletrónica ou outra forma material, neles se incluindo, designadamente, aqueles relativos a: i) Procedimentos de emissão de atos e regulamentos administrativos».

1.º - INFORMAÇÕES DA MESA

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Luís**, deu conhecimento da nota de esclarecimento sobre a legalidade e natureza da atividade da Rádio Popular Afifense, a qual fica anexa a esta ata.

2.º- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não houve público.

3.º- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O **Senhor Deputado Ricardo Cunha**, cumprimentou todos os presentes, na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e disse que o Concelho de Caminha está como o ferryboat: parado, encalhado, abandonado e a apodrecer. Esta realidade é visível em vários setores da nossa Terra, desde o emprego até à falta de planeamento e estratégia para o desenvolvimento local. Os números do desemprego falam por si: em dezembro de 2022 registavam-se 271 desempregados, mas, em dezembro de 2024, esse número subiu para 425, segundo dados do Instituto de Formação e Emprego. Estes números demonstram a total incapacidade do executivo socialista, que não apresenta uma estratégia eficaz para atrair empresas e criar postos de trabalho. Como consequência, Caminha perde, todos os dias, competitividade e capacidade de fixação da população ativa e força laboral.

Disse ainda que, nas redes sociais, a autarquia publica apenas o que lhe convém. Celebram a decisão do Tribunal de Contas sobre os livros do 25 de Abril, mas ficam em silêncio perante a decisão do mesmo Tribunal de Contas sobre o CET e sobre a contratação pública, o que prova que estamos longe de uma verdadeira democracia, informada e participativa.



Assembleia Municipal de Caminha

Referiu também que, para este executivo, não tem sido prioritário criar documentos estratégicos para a segurança e o bem-estar da população. Ou seja, já estamos em 2025 e o Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil, bem como o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, ainda não foram apresentados a esta Assembleia para aprovação, algo que a oposição tem alertado desde o início do mandato. Um exemplo caricato desta incapacidade do executivo é o facto de a Brigada do Meio Ambiente não poder atuar na limpeza de terrenos, porque o plano municipal contra incêndios ainda não foi aprovado.

O Senhor Deputado disse também que a Câmara Municipal vai gastar cerca de 40.000,00€ em assessorias de imagem e fotografia, um valor superior ao que algumas freguesias recebem anualmente em transferências de capital. Como pode o Concelho desenvolver-se se o executivo investe mais na sua própria promoção do que na resolução dos reais problemas da população? E o que terão a dizer os Presidentes de Junta? No entanto, mais uma prova desta feira de vaidades em detrimento da resolução dos problemas das pessoas foi a revista municipal publicada na época natalícia, onde o Presidente aparece em mais de 64% das imagens, num verdadeiro culto de personalidade, pago com dinheiro público.

Disse ainda que a incompetência e o abandono são evidentes no Mercado Municipal de Vila Praia de Âncora, onde, ao longo dos anos, este executivo ignorou os apelos da Junta de Freguesia e dos eleitos da oposição sobre o estado de degradação daquele espaço. No entanto, agora, em ano de eleições, já prometem grandes obras, voltando ao passado e aos anúncios tão característicos do Partido Socialista de Caminha. O mesmo se passa com o Dólmen da Barrosa, um projeto vencedor do orçamento participativo há quase uma década, para o qual nada foi feito até agora. E onde está o dinheiro do projeto vencedor para a requalificação do Monte Calvário, em Vila Praia de Âncora? O que dizer da passagem de nível de Coura de Seixas, que continua encerrada? A mobilidade e acessibilidade no Concelho de Caminha também são questões problemáticas, como, por exemplo, a Ecovia da Marginal em Caminha, que continua sem acesso para pessoas com mobilidade reduzida ou deficiência ao longo de toda a sua extensão, entre muitos outros problemas.

Para terminar, disse que podem investir em assessoria de imagem e comunicação, tentar limpar a imagem, acenar com obras de fim de mandato que já deveriam estar feitas em prol da população, mas não conseguirão apagar da memória dos nossos



Assembleia Municipal de Caminha

munícipes o estado lastimável em que deixaram este Concelho após quase 12 anos de gestão socialista. (áudio 09.43 e 21.19 minutos da gravação). -----

O **Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha e Vilarelho, Miguel Gonçalves**, cumprimentou todos os presentes, na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e fez um pedido de esclarecimento e perguntou ao Senhor Deputado se é capaz de dizer ali uma região de Portugal que não tenha aumentado o desemprego neste último mês? Se sabe quanto é que era gasto em comunicação social de fora do Concelho quando o PSD governava? E o que pensa como deputado municipal sobre o tempo que o PSD governava e não transferia verba nenhuma para a Junta de Caminha? (áudio 21.36 e 23.43 minutos da gravação). -----

O **Senhor Deputado Ricardo Cunha**, em resposta ao Senhor Presidente da Junta disse que está a analisar os dados disponíveis sobre o Município de Caminha, provenientes do Instituto de Formação e Emprego.

Para terminar, disse ao Senhor Presidente da Junta que o que realmente lhe interessa é o presente, pois é o presente que molda o futuro. Portanto, justificar o presente com erros cometidos ou não no passado é uma tentativa de tapar o Sol com a peneira, uma vez que justificar um erro com outro erro é uma atitude muito mais incompetente do que a de quem cometeu o primeiro erro. (áudio 23.56 e 25.33 minutos da gravação).

O **Senhor Deputado Hugo Martins**, cumprimentou todos os presentes, na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e disse que estão ali para resolver os problemas do Concelho de Caminha, lembrando que o tempo da campanha eleitoral virá e todos terão a oportunidade de criticar tanto o que está mal como o que está bem. Disse ainda que, quando se fala de transparência, não se devem esquecer os outros fóruns onde se encontram, como, por exemplo, na Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, onde convidou todos a consultar as contas da freguesia e, caso as encontrassem, que enviassem o link, uma vez que, na realidade, não as encontraram, e sendo estas públicas, deveria ser possível o acesso. No entanto, o motivo que o leva ali hoje é o estado crítico do Porto Mar de Vila Praia de Âncora e a falta de ações concretas para resolver um problema que coloca em risco a segurança e o sustento de muitas famílias do nosso Concelho. Em janeiro deste ano, o Ministro da Agricultura e Pescas anunciou que o concurso público para o desassoreamento seria lançado ainda



Assembleia Municipal de Caminha

nesse mês, com o início das obras previsto para abril. No entanto, até à data, não se tem conhecimento de que esse concurso tenha sido efetivamente lançado. Enquanto isso, os pescadores continuam a arriscar as suas vidas, com embarcações presas e enfrentando dificuldades extremas para trabalhar. O Presidente da Câmara de Caminha tem manifestado repetidamente a sua preocupação com a situação, exigindo soluções urgentes e questionando o Governo sobre o atraso nas obras de desassoreamento, apontando a necessidade de uma intervenção imediata para garantir a segurança dos pescadores e evitar que a atividade económica local, que depende do Porto de Mar, seja ainda mais prejudicada, pois, a cada ano que passa, surgem mais dificuldades para os nossos pescadores, mais riscos para as embarcações e mais prejuízos para a economia local.

Disse ainda que nesta luta, há, sem dúvida, um ator que merece o nosso reconhecimento: a Associação de Pescadores de Vila Praia de Âncora, que tem sido incansável, levantando a voz, enfrentando burocracias e não deixando que caia no esquecimento um problema que ameaça a sobrevivência de toda a comunidade ao longo dos anos. O seu papel tem sido fundamental não só nesta batalha específica, mas também em tantas outras que dizem respeito à justiça e ao futuro da nossa Terra. Por isso, questiona o Senhor Presidente da Câmara: que diligências concretas tomou para garantir que o Governo cumpra as suas promessas? O que pretende fazer para que os prazos não continuem a ser ignorados? Vai exigir medidas concretas ou apenas esperar? A Câmara Municipal tem um plano alternativo para minimizar o impacto deste atraso? Não podemos permitir que este tema caia no esquecimento; a Câmara tem a obrigação de manter esta questão no topo das prioridades, assim como todos nós. Por fim, deixa um apelo a todos nesta Assembleia, referindo que este não é um problema de partidos, mas sim um problema do Concelho. É dever de todos, independentemente das diferenças políticas, exigir soluções e pressionar para que as promessas não fiquem apenas no papel. É tempo de ação. **(áudio 25.57 e 33.09 minutos da gravação).** -----

O **Senhor Deputado Ricardo Cunha**, fez um pedido de esclarecimento e disse ao Senhor Deputado que a bancada eleita pela coligação acompanha esta preocupação. No entanto, questiona quantos anos o Partido Socialista esteve no poder nos últimos



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

anos sem resolver este problema e se deu alguma contribuição aos pescadores, uma vez que o porto estava assoreado. **(áudio 33.26 e 35.09 minutos da gravação).** -----

O **Senhor Deputado Hugo Martins**, em resposta ao Senhor Deputado disse que ele não justifica o passado com o presente, e foi muito claro ao dizer que isto não é uma questão partidária, é uma questão do Concelho. **(áudio 35.16 e 37.05 minutos da gravação).** -----

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, cumprimentou todos os presentes, na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e começou por fazer uma interpelação à mesa sobre a condução dos trabalhos, porque a figura regimental relativa aos pedidos de esclarecimento está a ser abusivamente usada nesta Assembleia.

De seguida disse que na última Assembleia, a CDU lançou um conjunto de questões que mais tarde foram formalmente apresentadas por escrito à Câmara Municipal de Caminha, relacionadas com os licenciamentos das estufas e a ocupação do território. Essas questões mereceram uma resposta, indicando que a solução deveria ser encontrada junto dos serviços administrativos. No entanto, a bancada da CDU permanece sem saber se deve recorrer aos serviços administrativos para obter a resposta, o que está completamente em desacordo com as alíneas e) e f) do artigo 17.º do Regimento desta Assembleia Municipal. Assim, o Senhor Presidente deve, a partir deste momento, solicitar aos técnicos aquilo que verdadeiramente lhes compete, e este executivo camarário deve assumir a política que lhe cabe efetivamente defender. Quando fazemos perguntas de natureza política, é o executivo que deve responder, e quando são questões técnicas, devem ser os técnicos a dar a resposta. Mas, assados dois meses, o Senhor Presidente continua sem partilhar connosco, nem com esta Assembleia, qualquer proposta concreta, limitando-se a fazer eco de uma posição técnica que, ao não ser devidamente compreendida, acaba por concluir que é necessário desenvolver um instrumento de gestão do território.

Relativamente às eólicas, o Senhor Deputado referiu que foi publicado em fevereiro de 2025 um novo documento sobre o plano de afetação da exploração das energias renováveis offshore, o qual efetivamente resulta numa diminuição da área de afetação no Concelho de Caminha. Contudo, para a CDU, isso é o reflexo da capacidade de



Assembleia Municipal de Caminha

intervenção das populações, dos agentes associativos e de todos os que, com a sua ação, conseguiram fazer valer politicamente a voz das populações que representam. No entanto, continuam a existir muitas dúvidas, que foram levantadas na altura e que se mantêm, nomeadamente no que diz respeito à salvaguarda do interesse nacional, como o comprovado contributo para a redução do preço da eletricidade ou a própria incorporação nacional em toda a fileira produtiva. Além dos impactos na pesca nas áreas que mantêm a sua afetação, há ainda a preocupação com as outras zonas devido à possível deslocação das áreas de pesca. Na verdade, o resultado agora alcançado é um exemplo que pode ser aplicado a outras causas, nomeadamente na busca por uma solução definitiva para o Portinho de Vila Praia de Âncora, reconhecendo o trabalho incansável da Associação de Pesca e dos Pescadores Profissionais e Desportivos de Vila Praia de Âncora.

Para terminar, disse que o mais importante é que todos saibam honrar a sua palavra, e não aquilo que por vezes se tem vindo a verificar: o que é dito e defendido no Concelho de Caminha deve ser também dito e defendido em Lisboa, na Assembleia da República ou nos círculos do Governo. Isto porque esta é uma questão política e partidária. (áudio 37.14 e 46.03 minutos da gravação). -----

O Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha e Vilarelho, Miguel Gonçalves, disse que o assoreamento do Estuário do Rio Minho é uma questão que o preocupa, assim como a toda a sua comunidade, e embora todos saibam que o assoreamento da foz de um rio seja um fenómeno natural, a situação agravou-se com a construção das barragens. Neste momento, a zona terminal do rio em Caminha está quase moribunda, o que está a prejudicar gravemente a atividade humana, começando pela pesca e pelas atividades turísticas. Já há pescadores a passar grandes dificuldades, pois as espécies tradicionais estão a escassear.

Disse também que existe uma situação muito grave relacionada com a segurança, uma vez que a prancha da marinha de salvamento já não consegue realizar esse trabalho devido ao assoreamento do rio. Esta situação, como todos sabem, não é nova, tendo-se já realizado algumas intervenções periódicas, mas agora é necessário realizar uma intervenção profunda. Os vários governos do Partido Socialista e do PSD não têm encarado esta questão como um problema sério e é urgente uma resolução bem feita, pois é essencial para a sobrevivência das atividades de pesca e turismo e



Handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 'C' and 'M' followed by a flourish.

Assembleia Municipal de Caminha

para a proteção da segurança dos pescadores. Este não é um problema exclusivo da Câmara Municipal de Caminha, nem da Câmara de La Guarda, é um problema do Estado Português e do Estado Espanhol.

Para terminar, disse ainda que não se ouve falar deste problema no Rio Sado, no Rio Tejo, nem no Rio Douro, mas sim no Rio Minho, e sabem porquê: porque não se tem um Porto Comercial. Por isso, é preciso reunir todas as forças políticas para tentar resolver o problema de Vila Praia de Âncora, que é preocupante, mas sem esquecer a situação de Caminha, que está a matar uma atividade e uma cultura, para que seja garantido que o Rio Minho e o Estuário do Rio Minho não sejam esquecidos. **(áudio 46.32 e 50.53 minutos da gravação).** -----

O **Senhor Deputado Abilio Cerqueira**, cumprimentou todos os presentes, na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e disse que, tal como o Senhor Presidente da Junta de Caminha e Vilarelho referiu, para ele também é muito importante a questão do desassoreamento do Estuário do Rio Minho e da Foz do Rio, bem como o Portinho de Vila Praia de Âncora. O Bloco de Esquerda apresentou, no último Orçamento de Estado, propostas concretas, com a indicação de verbas para tentar resolver esse problema, pois no fundo trata-se de uma questão de vontade política. No entanto, essas propostas foram rejeitadas.

Disse ainda que, na sua perspetiva, esta ação também poderia seguir o exemplo do que aconteceu com a questão do lítio na Serra d'Arga, onde houve uma mobilização a nível distrital, e o processo acabou por ser deixado de lado. Assim, sugere que seja feita uma mobilização a nível local e distrital, criando movimentos para que a população do Concelho se una na exigência de uma solução para um problema que se torna cada vez mais urgente. **(áudio 51.08 e 53.47 minutos da gravação).** -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, cumprimentou todos os presentes, na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e disse que irá prestar alguns esclarecimentos, começando pela primeira intervenção. Compreende o fervor da época pré-eleitoral, visível nos discursos, atitudes e posturas. Contudo, quando se trata de estatísticas, é sempre possível recorrer aos números, que podem ser mais ou menos favoráveis, mais ou menos fáceis de interpretar, e o que ele quer aqui abordar são os números reais e concretos do Concelho de Caminha. Quando se diz, ou se



Handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 'P' followed by a large 'K' and a small 'L'.

Assembleia Municipal de Caminha

tenta fazer passar a mensagem de que o Concelho está estagnado, que não cresce, que não avança, pede desculpa ao Senhor Deputado, mas este está totalmente desinformado sobre a realidade do nosso Concelho. Desde logo, porque foi com este executivo, sob a sua liderança à frente da Câmara Municipal, que se conseguiu reduzir a dívida global da Câmara em cerca de 10 000 000,00€, tendo-se equilibrado as contas de forma a permitir novos financiamentos e uma maior capacidade de endividamento. Para além deste esforço significativo na redução da dívida da Câmara Municipal, foram feitos investimentos substanciais nas freguesias e nas populações, e não apenas nas freguesias do Partido Socialista, mas também nas freguesias independentes e nas que são lideradas pela coligação "O Concelho em Primeiro". Todas, sem exceção, receberam investimentos diretos da Câmara Municipal e, pasme-se, vão continuar a recebê-los.

Disse também o Senhor Presidente que, quando se fala do Tribunal de Contas, não se devem apresentar meias verdades, mas sim toda a informação, e refere que nunca publicou nenhum relatório do Tribunal de Contas no site da Câmara Municipal, uma vez que esses relatórios são públicos e estão disponíveis no site do Tribunal de Contas para quem quiser consultar. No entanto, também devem referir que o Tribunal de Contas não deu razão à queixa que apresentaram relativamente aos livros do 25 de Abril e que, além disso, arquivou o processo relacionado com a queixa sobre o pagamento à Luságua.

Em relação à assessoria de imagem e fotografia da Câmara Municipal, perguntou o Senhor Presidente se o Senhor Deputado sabe quanto custou ao erário público a revista de Natal. Custou zero. E, claro, o Presidente da Câmara aparece, mas aparecem todas as freguesias do nosso Concelho, as nossas romarias populares, as nossas iniciativas de Natal, porque aquela revista é uma revista popular, é do povo e das pessoas, não é do Presidente da Câmara, é de todos. Disse ainda, a propósito da assessoria de imagem, que a Câmara Municipal tem uma assessora de imprensa contratada e um fotógrafo externo também contratado, tal como o Governo da República, para divulgar e promover o nosso Concelho.

Relativamente ao plano de emergência e proteção civil, o Senhor Presidente referiu que, como já mencionou em reunião de Câmara, o plano já foi aprovado pela Comissão Municipal e enviado para a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção



Assembleia Municipal de Caminha

Civil, estando agora a aguardar o parecer, para posteriormente ser remetido para este órgão deliberativo.

Em relação ao Porto de Mar de Vila Praia de Âncora e ao assoreamento do Rio Minho, o Senhor Presidente disse que existem ali dois problemas muito semelhantes em duas freguesias muito importantes do Concelho, pois estão em causa a economia local, a economia familiar e o desenvolvimento deste Concelho. Contudo, lamentou que este Governo tenha sido incapaz, no ano passado, de promover o concurso para as dragagens no Porto de Mar de Vila Praia de Âncora, apesar de já ter sido aprovado um plano plurianual de dragagens. Depois, o Senhor Ministro da Agricultura e Pescas anunciou que, em janeiro, seriam lançados os procedimentos para a contratação das dragagens para desassoreamento. No entanto, a Câmara Municipal ainda não tem conhecimento de que esse concurso tenha sido lançado em janeiro, fevereiro ou para março. Foi garantido que as dragagens no Porto de Mar de Vila Praia de Âncora seriam executadas em abril, mas o Senhor Presidente questionou se alguém acredita que, de facto, haverá dragagens em abril e a resposta é que nenhuma bancada ali acredita, o que lamenta profundamente, pois está em causa o sustento da população de Vila Praia de Âncora e a economia dos pescadores. Não é por falta de tentativas de resolução deste problema por parte da Câmara Municipal, como já mencionou várias vezes, e que volta a recordar todas as diligências já realizadas. Portanto, isto não é brincar com a Câmara Municipal, é brincar com a população de Vila Praia de Âncora, é brincar com as pessoas que necessitam de uma resposta célere e urgente. O Senhor Presidente disse ainda que não quer que venham os Ministros e Secretários de Estado a afirmar que sim a tudo, prefere que se fale com verdade, franqueza e sinceridade. Por fim, disse que, com razão, o Senhor Deputado Hugo Martins, perguntou sobre quem irá pagar os prejuízos, pois a Associação de Pescadores de Vila Praia de Âncora solicitou à Doca Pesca a isenção de pagamento das taxas de ocupação dos espaços da pesca, mas a resposta que receberam foi que não há isenções, ou seja, terão de pagar pela ocupação.

Quanto ao assoreamento do Rio Minho, o Senhor Presidente disse que está ao lado da comunidade piscatória, da comunidade de turismo marítimo e da Autoridade Marítima Nacional, que necessita estar operacional para intervir em caso de necessidade de salvamento, mas que não consegue fazê-lo. Disse também que não é por falta de tentativas da Câmara Municipal e dos seus homólogos espanhóis de La



Assembleia Municipal de Caminha

Guardia e do Rosal, que enviaram várias missivas ao Governo, incluindo uma carta para a Cimeira Ibérica que ocorreu em Portugal. Contudo, parece que este Governo faz sempre ouvidos de mercador. No entanto, garantiu que não se calará, estará ao lado da população e terá a força necessária para que alguém perceba que é urgente agir neste território, pois não compete à Câmara Municipal de Caminha, nem à Câmara Municipal de La Guardia ou do Rosal, desassorear um rio internacional. Não se trata de um problema de partidos A ou B, pois quem está no Governo tem de assumir a liderança e resolver os problemas.

O Senhor Presidente concluiu com alguns dados estatísticos, referindo que o Concelho de Caminha, entre 2002 e 2013, foi o que menos cresceu no distrito, sendo que, na altura, o Município estava sob a liderança da direita, do PSD, que agora afirma que os números estão muito maus, mas que, com o PS, o Concelho está a crescer. Disse ainda que, no âmbito da educação, o investimento significativo que a Câmara Municipal fez, não só na reabilitação de escolas, mas também na aposta em projetos educativos, resultou em excelentes resultados, destacando que, no ensino secundário, o Concelho de Caminha é o que tem a menor taxa de retenção e desistência entre 2013 e 2023 no distrito. **(áudio 54.00 e 1.11.16 minutos da gravação).** -----

O **Senhor Deputado Ricardo Cunha**, fez um pedido de esclarecimento e perguntou ao Senhor Presidente se sabe que, segundo a Deco Proteste o Concelho de Caminha, tem a segunda fatura de água mais cara do distrito. **(áudio 1.11.24 e 1.11.44 minutos da gravação).** -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, em resposta disse que não abordou o tema da fatura da água, porque não foi ali referido, no entanto, o preço da água é igual para os municípios todos que integram a parceria da ADAM. Portanto, não é verdade que o preço da água seja o mais caro do distrito. **(áudio 1.12.19 e 1.12.47 minutos da gravação).** -----

4.º – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

a) – Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo



Assembleia Municipal de Caminha

[Handwritten signature and initials in blue ink]

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse relativamente às informações do Senhor Presidente, deu nota quanto aos parques infantis de Caminha, Moledo, Vila Praia de Âncora que o Skate Park de Vila Praia de Âncora também está a ser muitas vezes utilizado como um parque infantil o que já tem gerado algumas.

Disse ainda que na página 3, a informação número 4, em que a Câmara de Caminha se congratula com as boas-vindas ao ano de 2025, mas dá nota que para o ano estejam a falar de forma diferente em relação à mobilidade, para que mais pessoas possam participar na passagem de ano em Caminha.

Relativamente à informação financeira, saúda o Município porque verificam que as dívidas a fornecedores, estão, na sua maioria, com percentagens baixas e com pagamentos realizados a 30 dias, o que é uma boa notícia.

No que diz respeito aos processos em tribunal, disse que no ponto 17º, onde refere que o Município de Caminha, juntamente com todos os restantes municípios que integram a ADAM, é considerado contrainteresado, sendo certo que quem interpôs a ação foram os Municípios de Vila Nova de Cerveira e de Valença.

Conclui a perguntar ao Senhor Presidente, qual é o valor pago de renda da ADAM para ocupação no Centro Coordenador de Transportes. **(áudio 1.14.00 e 1.18.12 minutos da gravação).** -----

O **Senhor Deputado Abilio Cerqueira**, disse que foi referido que, no ponto número 12, que o Concelho tem novos contentores para a recolha de resíduos verdes, que foram colocados nas freguesias. No entanto, teve a oportunidade de constatar em várias freguesias que esses contentores são exatamente iguais aos destinados aos resíduos comuns, sendo a única diferença um autocolante. Contudo, quase ninguém reparava na mensagem do autocolante, e por isso, os contentores passaram a ser usados para resíduos comuns desde a sua colocação. Sugere, portanto, que se proceda à troca dos contentores por outros de cor diferente, ou com formato distinto dos destinados aos resíduos comuns, para evitar que sejam confundidos.

Relativamente ao ponto 25, sobre o desassoreamento do rio, pede ao Senhor Presidente que esclarecesse se, além do ofício enviado, estão a ser desenvolvidas outras diligências relativas ao ferryboat. E, ainda relativamente aos pontos 25, 32, 34 e 35, que mencionam o envio de ofícios a diversas entidades, foi notado que, embora o



Assembleia Municipal de Caminha

assunto seja referido, não há acesso ao conteúdo desses ofícios. Consideram que essa informação é importante para conhecerem verdadeiramente a atividade do executivo municipal e, por isso, gostariam que, no futuro, fossem disponibilizadas cópias dos ofícios, uma vez que os assuntos mencionados são de interesse geral para todos os munícipes. **(áudio 1.18.24 e 1.21.57 minutos da gravação).** -----

O **Senhor Deputado Luis Alexandre**, cumprimentou todos os presentes, na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e disse que alguns dos pontos que ia abordar já foram tratados pelos colegas deputados. No entanto, questiona o Senhor Presidente sobre o viaduto da Cruz Velha, se já foram tomadas algumas diligências a esse respeito. Aproveitou também a ocasião, uma vez que o município se associou às comemorações do centenário do Lanhelas Futebol Clube, para endereçar os parabéns ao Clube em nome da coligação “O Concelho em Primeiro”. **(áudio 1.22.12 e 1.22.47 minutos da gravação).** -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, relativamente à intervenção do Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, agradeceu a oportunidade e a forma como explanou o esforço que o Município tem feito no âmbito da gestão financeira para cumprir os prazos de pagamento das faturas aos credores. Este esforço tem sido substancial e tem permitido reduzir significativamente o prazo médio de pagamentos da Câmara Municipal. Disse ainda, que irão continuar a fazer esse esforço no plano financeiro, com o objetivo de reduzir a dívida da Câmara Municipal e efetuar os pagamentos de forma célere a todos os fornecedores, pois isso também confere credibilidade ao Município.

Em relação à questão da ADAM, o Senhor Presidente disse que a ADAM paga uma renda pela ocupação das instalações em Vila Praia de Âncora.

Quanto ao Senhor Deputado Abílio Cerqueira, o Senhor Presidente disse que tem todos os ofícios consigo e, a título de exemplo, leu um dos ofícios enviados à Secretaria de Estado das Pescas (...). **(áudio 1.22.59 e 1.29.32 minutos da gravação).** -----

O **Senhor Deputado Abilio Cerqueira**, fez um pedido de esclarecimento e disse que, tendo em conta o esclarecimento dado pelo Senhor Presidente, não acha que, no



Assembleia Municipal de Caminha

futuro, esse tipo de ofícios poderia estar disponível para todos? (áudio 1.29.52 e 1.30.22 minutos da gravação). -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, disse que, se houver interesse nisso, disponibilizará toda a documentação e os ofícios que se encontram ali.

Relativamente à questão colocada sobre o ferryboat, disse que todas as situações estão a ser analisadas e que todas as decisões estão em cima da mesa, caso o rio seja desassoreado. (áudio 1.30.25 e 1.30.56 minutos da gravação). -----

b) – Aprovação da ata da sessão extraordinária de 11 de outubro 2024

A Assembleia Municipal submeteu à discussão e votou a proposta, relativa à “**Ata da Sessão Extraordinária de 11 de outubro 2024**”, que aqui se dá por inteiramente reproduzida e dela faz parte integrante.

O **Senhor Deputado Ricardo Cunha**, fez uma interpelação à mesa e solicitou ao Senhor Presidente da Mesa que colocasse à consideração do plenário, conforme referido pelo Senhor Deputado Abílio Cerqueira, a alteração à Ordem de Trabalhos, uma vez que a mesma está em desacordo com esta alínea, isto é, onde se lê “setembro”, deve ler-se “outubro”.

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Luis**, colocou a votação a alteração à ordem de trabalhos, a quela foi aprovada por unanimidade.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 30 votos a favor, 0 votos contra e 04 abstenções, por não estarem presentes.

c) – Aprovação da ata da sessão ordinária de 20 de dezembro 2024



Handwritten signatures in blue ink, including a large 'S' and other illegible marks.

Assembleia Municipal de Caminha

A Assembleia Municipal submeteu à discussão e votou a proposta, relativa à **“Ata da Sessão ordinária de 20 de dezembro 2024”**, que aqui se dá por inteiramente reproduzida e dela faz parte integrante.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 29 votos a favor, 0 votos contra e 05 abstenções, por não estarem presentes.

d) – Aprovação do Acordo de Parceria entre o Município de Caminha e União de Freguesias de Moledo e Cristelo para a Criação de uma CER- Comunidade de Energia Renovável

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de oito de janeiro de dois mil e vinte e cinco, relativa à **“Aprovação do Acordo de Parceria entre o Município de Caminha e União de Freguesias de Moledo e Cristelo para a Criação de uma CER- Comunidade de Energia Renovável”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k), do n.º 2, do art.º 25, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, compete à Assembleia Municipal pronunciar-se e deliberar sobre todos os assuntos que visem a prossecução das atribuições do município, pelo que, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove o “Acordo de Parceria entre o Município de Caminha e União de Freguesias de Moledo e Cristelo para a Criação de uma CER- Comunidade de Energia Renovável”.

O **Senhor Deputado Ricardo Cunha**, disse que hoje discutem a proposta da Câmara Municipal para a criação de uma comunidade de energia renovável no nosso Concelho. Esta iniciativa merece o apoio da coligação por ser um investimento na sustentabilidade e na autossuficiência energética, mas levanta algumas dúvidas. O Município de Caminha perdeu várias candidaturas para a criação de uma CER ao longo do tempo, e é fundamental compreender os motivos concretos que levaram à



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Cef', 'f', 'E', and a circular mark.

Assembleia Municipal de Caminha

perda dessas candidaturas, bem como o que foi feito para corrigir os erros que causaram essas falhas. É também necessário saber se a Câmara Municipal vai submeter uma nova candidatura para aproveitar os apoios disponíveis ou se pretende avançar com a criação da CER sem recorrer a esses fundos.

Disse ainda que os preocupa que o avanço desta proposta esteja provavelmente condicionado à constituição de uma empresa pública, com a criação dos respetivos cargos de administração. Contudo, nos documentos entregues, não existe qualquer explicação sobre a estrutura, missão e impacto financeiro dessa empresa no município, assim, como a ausência do mapeamento solar do Concelho que garanta que este local é o mais adequado para a instalação de uma CER.

Disse também que, após o alerta dos vereadores eleitos pela coligação “O Concelho em Primeiro”, o executivo foi ouvir outras Juntas de Freguesia, e questionou por que razão não se ouviu logo todas as Juntas antes de decidir criar um Pólo da CER.

Para terminar, referiu que tudo isto dá para reflexão, visto que o Município de Caminha dispõe de uma assessoria técnica contratada, por mais de 75.000,00€, para tratar da questão da CER, e a proposta que lhes chega parece-lhes bastante incompleta. No entanto, a coligação “O Concelho em Primeiro” apoia os projetos que promovam a sustentabilidade e a autonomização energética do Concelho. Mas não pode compactuar com propostas mal elaboradas, sem estudos sérios e sem uma estratégia bem definida, porque o futuro energético do nosso Concelho é uma matéria séria para ser tratada com mais rigor e sem improvisações. Contudo, como referiu no início da sua intervenção, irão votar favoravelmente esta proposta. **(áudio 1.35.00 e 1.39.39 minutos da gravação).** -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Riba de Âncora, Paulo Alvarenga, cumprimentou todos os presentes, na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e fez um pedido de esclarecimento e perguntou ao Senhor Deputado se sabe quantos Presidentes de Junta estiveram presentes na reunião que o senhor Presidente da Câmara marcou para os ouvir. **(áudio 1.40.05 e 1.40.27 minutos da gravação).** -----

O Senhor Deputado Abilio Cerqueira, disse que o acordo que vão votar hoje é um acordo que, no futuro, pode vir a ser alterado e, se for modificado, não voltará a ser



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'D' and various initials.

Assembleia Municipal de Caminha

apreciado e votado ali. Ou seja, a aprovação de hoje não significa que, amanhã, o acordo seja o mesmo, e esta Assembleia não pode aprovar algo que é desconhecido para o futuro. Na sua opinião, é como passar um cheque em branco para um novo acordo, e é isso que está previsto no número 3, do artigo 9º, deste acordo, ou seja, a possibilidade de este vir a ser alterado, transformando-se em um outro acordo que não o que está em discussão, sem que haja a obrigação de voltar a esta Assembleia para ser aprovado na sua nova forma, com as alterações que forem introduzidas. E é apenas por esta razão, sem outras questões, que irão votar contra este acordo. **(áudio 1.40.50 e 1.43.11 minutos da gravação).** -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, disse que existem duas situações: uma é a comunidade de energias renováveis que a Câmara Municipal pretende criar, a CER, e a outra, distinta, foi a reunião que ocorreu com os Senhores Presidentes de Junta convocados para estarem presentes, uma vez que uma operadora privada, a EDP Comercial, solicitou à Câmara Municipal a possibilidade de reunir com os autarcas do Concelho para lhes falar de forma global sobre o projeto que tinham e que gostariam de ver implementado por eles. Ou seja, a Câmara Municipal apenas agilizou esse diálogo, e estiveram presentes nessa reunião, nos Paços do Concelho, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Riba de Âncora, Vile e Moledo.

O Senhor Presidente também referiu que constituíram esta CER com a Junta de Freguesia de Moledo e Cristelo porque precisavam de um parceiro para iniciar o procedimento, mas este não é um processo fechado; pelo contrário, todas as Juntas de Freguesia, todas as empresas e particulares que queiram fazer parte desta comunidade de energias podem juntar-se, no dia seguinte à sua constituição. Ninguém ficará para trás, porque a ideia é que todos possam dar o seu contributo e pertencer a esta comunidade.

Seguidamente, o Senhor Presidente solicitou autorização ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal para que o técnico que acompanha esta matéria, o Senhor engenheiro, pudesse prestar mais esclarecimentos e esclarecer as Senhoras e Senhores Deputados sobre o que se pretende fazer com a constituição desta comunidade de energias renováveis no Concelho de Caminha, o qual forneceu toda a informação técnica sobre este acordo. **(áudio 1.43.18 e 1.46.27 minutos da gravação).** -----



Assembleia Municipal de Caminha

De seguida, foi consentida a prestação de esclarecimentos por parte do Senhor Engenheiro entre o minuto. (**áudio 1.47.18 e 1.52.16 minutos da gravação**). -----

O **Senhor Deputado Abilio Cerqueira**, fez uma interpelação à mesa e disse que o técnico esteve ali a prestar explicações, o que esclareceu mais a fundo essa matéria. No entanto, a questão que colocou foi de carácter político e continua com a mesma dúvida anterior, que é se, no futuro, houver alterações a este acordo, de acordo com o número 3 do artigo 9.º, não há obrigação de voltar a esta Assembleia para ser aprovado na sua nova forma. (**áudio 1.53.07 e 1.54.53 minutos da gravação**). -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, disse que decorre da constituição da CER, Comunidade de Energias Renováveis, que podem entrar e sair elementos, não é estanque, a Câmara Municipal vai dar o início ao procedimento com o parceiro, a Junta de Freguesia de Moledo e Cristelo e depois de estar constituído, podem ingressar outras juntas, outros privados, outros promotores. (**áudio 1.55.10 e 1.55.36 minutos da gravação**). -----

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 22 votos a favor, 01 votos contra e 11 abstenções

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 34 votos a favor.

e) – Aprovação do Regulamento Municipal de Apoio às Instituições Particulares de Solidariedade Social do Concelho de Caminha

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de cinco de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, relativa à **“Aprovação do Regulamento Municipal de Apoio às Instituições Particulares**



Handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 'J' followed by a large 'D' and a small 'N'.

Assembleia Municipal de Caminha

de Solidariedade Social do Concelho de Caminha”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea g), do n.º 1, do art.º 25, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar os regulamentos com eficácia externa do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove o “Regulamento Municipal de Apoio às Instituições Particulares de Solidariedade Social do Concelho de Caminha”.

O **Senhor Deputado João Domingues**, cumprimentou todos os presentes, na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e disse que o Regulamento Municipal de Apoio às Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) vem responder a um anseio, a uma necessidade urgente das IPSS e outras instituições equiparadas, as quais desenvolvem diariamente um trabalho essencial em prol da população do Concelho de Caminha. Este regulamento consiste na compilação de um conjunto de regras e condições que estas instituições devem observar para poderem candidatar-se aos apoios camarários. Disse ainda que o regulamento está organizado em três vertentes: a primeira destina-se ao apoio à atividade regular, que visa o apoio financeiro permanente e contínuo; a segunda refere-se ao apoio a atividades pontuais, um suporte não financeiro traduzido na disponibilização, por parte da Câmara Municipal de Caminha, de apoio logístico, através de diversos meios técnicos e humanos; a terceira vertente é o apoio ao investimento, com o objetivo de apoiar a remodelação de edifícios, estruturas, aquisição de equipamentos, entre outros.

Para terminar, disse que, com esta medida, a Câmara Municipal de Caminha reafirma o seu compromisso com o desenvolvimento de melhores condições nas várias áreas sociais do nosso Concelho, abrangendo de forma equilibrada e sustentável todas as freguesias. Reconhece também que estas instituições desempenham um papel fundamental na concretização dos objetivos da ação social, dotando-as de um documento que se constituirá como uma excelente ferramenta de trabalho. **(áudio 1.58.23 e 2.00.49 minutos da gravação).** -----

O **Senhor Deputado Abilio Cerqueira**, disse que o Regulamento Municipal de Apoio às Instituições Particulares de Solidariedade Social do Concelho de Caminha, no seu todo, merece a sua concordância. É muito importante que as instituições tenham



Assembleia Municipal de Caminha

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'S' and a circled 'X'.

regras claras quanto ao uso dos dinheiros públicos, e este regulamento estabelece essas mesmas regras, que todos podem conhecer. Também é fundamental que o município apoie essas instituições. No entanto, não podem votar favoravelmente este regulamento, uma vez que não conseguem concordar com a totalidade do seu artigo 18º, especificamente nos seus números 1 e 2, que preveem uma regra sancionatória que consideram errada e exagerada. Esta regra, na sua opinião, impede as instituições de se candidatarem a apoios durante 3 anos, caso o valor atribuído não seja investido para o fim a que se destina, mesmo que considerem ser uma situação de urgência e excecionalidade.

Disse ainda que consideram necessário existir um regime sancionatório, mas não tão severo como este, sem pelo menos uma oportunidade para justificar a situação. Assim, por considerarem que este regulamento, que pretende ser um meio de apoiar as instituições de solidariedade social, apresenta o risco de as impedir de serem apoiadas durante 3 anos, e tendo em conta que o trabalho dessas instituições é muito valioso para a vida de tantas pessoas no nosso Concelho, não podem votar favoravelmente este regulamento. **(áudio 2.01.03 e 2.04.53 minutos da gravação).** ---

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, disse que este é um regulamento inovador e que visa destacar a importância da atribuição de subsídios com a máxima transparência para toda a população em geral. Referiu que já foi elaborado um regulamento na área do desporto, outro na área da cultura, e agora, na área da coesão social, e o objetivo é instituir este tipo de regulamentos para que todos saibam como o dinheiro da Câmara Municipal é utilizado, de que forma e para que fins. Estava previsto no âmbito da aprovação do orçamento municipal para 2025, e no contexto deste regulamento, será atribuído às nossas IPSS e instituições equiparadas o montante global de 200 000,00€.

Disse ainda que todas as IPSS foram ouvidas, todas tiveram a oportunidade de se pronunciar sobre o documento e demonstraram estar quase totalmente de acordo com toda a documentação e com todos os articulados, porque o que o executivo deseja é que haja um uso correto do dinheiro atribuído às instituições, por diversos motivos, ou seja, para que se cumpra o objetivo final da candidatura. Não se pode, por exemplo, dizer que se vai fazer a reabilitação de um edifício e, de repente, usar o valor para



Assembleia Municipal de Caminha

comprar uma viatura, enquanto outra IPSS queira adquirir uma viatura e não tenha sido contemplada com o apoio necessário.

Para terminar disse o Senhor Presidente que fica triste por ver que o Bloco de Esquerda não está alinhado e não quer apoiar a atribuição destas verbas às nossas IPSS. (áudio 2.04.59 e 2.08.32 minutos da gravação). -----

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 33 votos a favor, 01 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 34 votos a favor.

O **PRESIDENTE DA MESA** agradeceu a todos os presentes a colaboração e declarou encerrada a Sessão, quando eram 11H45M, do dia 28 de fevereiro de 2025, da qual, para constar e por estar conforme, se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa e por mim, Anabela Maria Fernandes da Cruz Pereira Monteiro, funcionária de apoio à Assembleia Municipal, que a lavrei.

O Presidente

(Manuel Luis Pires Martins)

O Primeiro Secretário

(João Alberto Silva)

A Segunda Secretária

(Sónia Lajoso)

A Funcionária,

(Anabela Pereira Monteiro)